



*Homenagem a Profa. Dra. Ana Paula Mendes Cavalcanti*

**BARREIRAS ATITUDINAIS, DILEMA DE UMA MULHER DEFICIENTE VISUAL: TRAJETÓRIA LABORAL E ACADÊMICA**

*Attitudinal barriers, dilemma of a visually disabled woman: laboral and academic trajectory*

**Antonia Diniz<sup>1</sup>**

**Cesar Gomes de Freitas<sup>2</sup>**

**Valdirene Nascimento da Silva Oliveira<sup>3</sup>**

**Resumo**

O presente artigo aborda sobre a trajetória de uma mulher com deficiência visual no ambiente de trabalho e na vida educacional, despindo-se do silenciamento e incorporando as lutas anticapacitistas, tendo dado ênfase às suas potencialidades, Currículo oculto, capacitismo, descumprimento legal por parte das instituições de ensino e empregadoras, invisibilidade profissional, silenciamento e a escrita como instrumento de emponderamento ante tantas injustiças e desrespeito com as pessoas com deficiência. À luz da abordagem qualitativa, do método indutivo, e da pesquisa de campo identificou-se que o capacitismo velado sofrido pelas pessoas com deficiência na escola e no trabalho, O silenciamento destas pessoas ocorre na maioria das vezes de modo intencional e maldoso, que as ações capacitistas seguem sendo um fator cultural, político, econômico e social, manifestadas na sutileza do currículo oculto.

**Palavras-chave:** Capacitismo; deficiência visual; Currículo oculto.

**Abstract**

This article discusses the trajectory of a woman with visual impairment in the workplace and in educational life, stripping away from silencing and incorporating anti-capacity struggles, with an emphasis on her potential, hidden curriculum, capacitism, legal non-compliance by educational institutions and employers, professional invisibility, silence and writing as an instrument of empowerment in the face of so many injustices and disrespect for people with disabilities. In the light of the qualitative approach, the inductive method, and the field research it was identified that the veiled capacitism suffered by people with disabilities at school and at work, The silencing of these people occurs most of the time in an intentional and malicious way, that people capacitist actions remain a cultural, political, economic and social factor, manifested in the subtlety of the hidden curriculum.

**Key words:** Capacitism; Visual impairment; Hidden curriculum.

1 Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil. Servidora da Universidade Federal do Acre – UFAC, Brasil. E-mail antonia.diniz1@gmail.com

2 Doutor em Ensino pelo IOC - Instituto Oswaldo Cruz da Fiocruz do Rio de Janeiro/RJ, Brasil. Docente do Instituto Federal do Acre (IFAC), Brasil. E-mail: cesar.freitas@ifac.edu.br

3 Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF, Brasil. Docente EBTT no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. E-mail: [valdirene.oliveira@ifac.edu.br](mailto:valdirene.oliveira@ifac.edu.br)

Recebido em 26 de fevereiro de 2021

Aceito em 14 de setembro de 2021



## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo foi constituído à três mãos, duas mulheres e um homem sendo uma mestranda parda com deficiência visual DV (autora 1), uma doutoranda indígena e um doutor branco. Utilizamos o “EU” na maioria das vezes porque a autora 1, vivenciou os fatos aqui relatados e os demais colaboradores participaram na parte de organização textual, seleção de referências bibliográficas e orientação geral.

Essa escrita busca relatar a realidade vivenciada por uma mulher Deficiente Visual (DV) nas esferas dos governos, municipal, estadual e federal na cidade de Rio Branco -Acre, discutindo a problemática das barreiras atitudinais e do capacitismo, valendo-se dos aspectos teórico-legais e metodológicos da pesquisa de campo como aportes fundamentais para validar cientificamente nosso estudo, cujo objetivo principal é combater práticas discriminatórias e capacitistas contra às PcD no trabalho e na escola e para além destes ambientes.

Considerando que as pessoas com deficiência dispõem de legislação específica em defesa de seus direitos procuramos compreender o processo de inclusão destas no mundo do trabalho e nos espaços educacionais, partindo do olhar de uma mulher que experiencia diariamente situações de exclusão. Se há um aparato legal por quê ainda imperam as barreiras atitudinais? O capacitismo se revela nas ações dos gestores e colegas de trabalho, etc., sustentado pela face do currículo oculto. Quais fatores contribuem para tais práticas se perpetuarem na sociedade?

Assim, espera-se com este estudo contribuir encorajando outros pesquisadores a desenvolverem investigações que favoreçam a inclusão instigando o senso autorreflexivo, respeito as diferenças e primazia dos direitos a toda pessoa humana, bem como, despertar nos leitores a importância de praticar alteridade, agir crítico-construtivamente, sendo sujeitos capazes de promover transformação em si mesmos e nas comunidades em que vivem.

## 2 METODOLOGIA

O presente artigo teve como universo da pesquisa: a cidade de Rio Branco, estado do Acre, abrangendo os âmbitos educacional e serviço público nas esferas municipal, estadual e federal. Ancorase no método indutivo, na abordagem qualitativa, de caráter exploratória objetivo aplicado, conforme Gil (2008), Lakatos e Marconi (2018).

A junção dos dados deu-se a partir de buscas na Internet, das plataformas digitais Google Acadêmico e Scielo, no que tange a revisão de literatura e normas legais. Quanto os dados colhidos em campo, contou-se com o relato reflexivo de uma das autoras do estudo em tela, e com depoimentos de colegas de trabalho e de estudantes universitários e graduados egressos que recebem e/ou receberam atendimento especializado pela profissional objeto desta pesquisa.

Os depoimentos foram realizados por meio de áudio em um grupo de WhatsApp criado especificamente para debater a problemática social, principalmente causas das minorias sociais (LGBT, PcD, pessoas pretas, indígenas mulheres e ribeirinhos).



As indagações deram-se também por áudios no referido grupo solicitando que os participantes selecionados relatassem abertamente acerca da atuação profissional da mulher DV em questão, deixando-os livres para responder no grupo ou e-mails.

Para isso, guiamo-nos à luz da análise de conteúdo de Silva (2015).

### **3 APRESENTAÇÃO**

Eu, Autor(a) 1 nasci em um seringal amazônico no município de Sena Madureira Acre. O Seringal se chama Baturité, rio Yaco, colocação São Carlos. Para chegar à margem do rio, andávamos cerca de seis horas a pé e para a cidade de Sena Madureira gastava-se em média três dias de barco, sendo que só aos sete anos, visitei a cidade pela primeira vez e só fui registrada aos dezesseis anos de idade.

Sou pessoa com deficiência visual desde o nascimento (acuidade visual de 15% no olho direito e 5% no olho esquerdo), devido a tantas dificuldades, não pude ter acompanhamento médico oftalmológico, o que teoricamente teria melhorado meu campo visual. Além da deficiência, havia outros obstáculos para que eu não desfrutasse da infância com mais qualidade de vida, vivia em extrema pobreza, os problemas de alcoolismo com meu pai, a vida difícil da minha mãe, frequentes conflitos familiares, etc.

Para uma criança, tal situação era pesada demais. Eu pensava que só existia eu com DV no mundo, chorava muito depois que chegava em casa. Minha mãe só queria que eu estivesse com ela, me levava para o roçado eu ficava na casa de fazer farinha ou junto com ela embaixo das árvores matando mosquitos que perturbavam o tempo todo enquanto ela cuidava da agricultura familiar. A partir de meus 12 anos comecei a ficar rebelde e não aceitava ir com ela e ficar parada, tratada como alguém incapaz, daí passei a trabalhar junto em todos os serviços possíveis em casa e na roça. Minha mãe sempre com amor e cuidado querendo me proteger, contudo, a superproteção familiar normalmente acontece com as PcD de forma inconsciente, mas é um dos fatores mais prejudiciais para o desenvolvimento destas pessoas.

Eu amava pescar com meu pai e irmãos no igarapé, eu mergulhava para desenganchar a tarrafa era uma diversão, sempre embalada pelo apoio emocional de meu pai, já com minha mãe criei até um lema, pois sempre que me organizava para qualquer coisa ou ir em algum lugar ela dizia “menina o que tu vai fazer que nem enxerga direito” aquilo me destruía por dentro e como reação passei a dizer: “se não morrer eu volto”.

Este conflito familiar infelizmente chega a ser necessário, devo a meu pai e “a rebeldia” no sentido de não me invalidar junto com aqueles que sem perceber estavam me invalidando, a força e coragem para acreditar que a deficiência não anularia minha vida como sujeito capaz de realizar-se em diversas áreas da vida como qualquer pessoa sem deficiência.

Além de sofrer com a discriminação dentro e fora de casa, tipo eu adolescente ouvi muitas vezes meus irmãos mais velhos pondo apelidos depreciativos e rapazes dizendo “se tu não fosse cega eu ia casar contigo” ou “se os meninos não ficasse rindo de mim eu iria te pedir pra namorar”, “tu é linda de corpo se não fosse a deficiência seria perfeita”. Cansei de ver as garotas compartilhando suas alegrias e desilusões e eu ficar triste por não ser nem notada ali. Mães que me detestavam porque namorava seus filhos, nas festas dançantes havia certos homens que não dançavam comigo porque sou DV, etc. Em contrapartida, logo aprendi a não levar desaforo para casa, esnobar a quem me esnoba, ignorar a



quem me ignora, respeitar a quem me respeita e acima de tudo ser grata às pessoas que de alguma forma contribuíram/contribuem no que tange a minha trajetória de superação.

Apesar das dificuldades, aquele pedaço de chão foi e sempre será sagrado o qual criou nove irmãos e sepultou 15, pois éramos 24 irmãos, mas a falta de políticas públicas dizimou mais da metade. É tão dolorido falar sobre perdas irreparáveis, noites sombrias, porém gratificante ao refletir sobre muitas coisas boas ali vivenciadas: o pomar, o terreiro limpo, o gado de leite, (no máximo 5 réis), galinhas, porcos, roçado de produção familiar e uma vizinhança admirável.

Desde criança eu sonhava poder estudar e trabalhar, contudo, ali não oferecia quaisquer condições de ensino para pessoas com deficiência, mesmo na adversidade iniciei com minha mãe, aprendendo o alfabeto e soletrando numa cartilha silábica. Era o máximo que ela pôde me ofertar, pois é semianalfabeta. Isto já aos 11 anos, depois surgiu uma escola na sede do seringal vizinho cuja distância a pé era de 5 horas. Então a professora minha madrinha, passava os materiais para estudos preparatórios frente ao processo avaliativo (provas) que ocorria no final do ano. Assim, aconteceu do primeiro ao terceiro ano do ensino primário, quando neste caso excepcional, realizava a prova final no fim do ano mesmo com todas as dificuldades tendo que forçar muito a pouca visão, consegui ser aprovada com sucesso.

No tocante a trajetória educacional, considero-me autodidata, pois quando aprendi a ler corretamente sozinha, meus suportes mais relevantes foram os cordéis de Lampião e a Bíblia sagrada. Tive em meu pai um grande aliado, visto que ele sempre acreditou em mim, elogiava para os amigos “minha ceguinha é danada! Canta bem, encosta a cara nos livros e lê tudo, pode acreditar que se essa menina tivesse oportunidade ela iria longe, se eu pudesse ela ia desenvolver seus talentos, mas eu não tenho condições. Com a graça de Deus ela se forme e seja pelo meu gosto advogada”.

Aos 20 anos de idade, surgiu a chance de vir morar em Rio Branco num internato para moças com deficiência visual da zona rural, era 2001, e neste ano estudei na escola especial Centro de Atendimento a Alunos com Deficiência Visual (CEADV, hoje CAPDV). No ano seguinte encarei o processo de integração da pessoa com deficiência numa turma de quarta série do primário, esta experiência foi muito rica, pois aquelas crianças eram muito solidárias e ajudavam na escrita e leitura de textos, além de abraços carinhosos e verdadeiros que todos os dias de aulas era um alento no sentido da não exclusão. Naquele ano, não contei com apoio especializado da educação especial, mas tive o bom trabalho do professor e o apoio dos colegas mirins.

Devido à idade incompatível com as séries regulares do ensino fundamental, decidi fazer o Projeto Poronga, que equivalia do quinto ao oitavo ano, e seria finalizado no período de 11 meses (ensino fundamental), depois entrei para o Telecurso 2000 com duração de 18 meses, assim, concluí o ensino médio. Durante o Projeto Poronga e Telecurso 2000, recebi auxílio do professor itinerante e dos professores de reforço na escola especial. Esse acompanhamento na escola regular ocorria em média duas vezes na semana, o professor levava o material ampliado, orientava o docente da sala comum e sentavam com o estudante com deficiência, esclarecia dúvidas e orientava sobre os trabalhos a serem resolvidos com os professores de reforço.

Nesta análise experienciada, afirmo que sofri muito preconceito, na escola e no trabalho. Isto é uma luta diária na vida da pessoa com deficiência e que necessita de estratégias e até grosserias da parte da PcD, acontecem situações veladas, intencionais, que muitas vezes tendem a silenciar a voz de algumas pessoas com deficiência emponderadas que não fogem à luta, mostram sua força rompendo barreiras enfrentando uma sociedade capacitista.



É relevante enfatizar que em meio a tantos percalços, contamos com pessoas que vão além do que diz o senso comum e acreditam no potencial de todos os alunos. Estes educadores, são louváveis e fazem a diferença na prática, lidam com os estudantes considerando suas diferenças como princípio da igualdade como bem cita Mantoan (2012).

Sou mãe de três filhos, uma menina de dois anos e dois meninos, um de 12 e outro de três anos. Meu percurso familiar não foi fácil, já sofri violência doméstica (física e psicológica) separei de dois relacionamentos abusivos, sigo na esteira da resiliência sem baixar a cabeça, encaro os problemas de frente, não aceito ser desrespeitada, reivindico meu lugar de fala, de mulher com deficiência visual emponderada, defendo a causa feminista, os direitos das PcD e das minorias em geral, encorajando a não abrirem mão de seus direitos e atuando no âmbito da inclusão por uma acessibilidade efetiva.

## **4 CONVERSANDO COM A TEORIA A PARTIR DA REALIDADE VIVENCIADA POR UMA MULHER COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

### **4.1 CAPACITISMO NA ESCOLA**

Destacamos o conceito de barreiras atitudinais e capacitismo para incrementar a discussão em tela:

Barreiras atitudinais podem ser definidas como meios que dificultam o acesso de pessoas com deficiências a diferentes locais. Porém, não de forma a não existir acesso físico, mas sim, de existirem atitudes de preconceito ou de não-inclusão por parte das pessoas que frequentam os espaços. Essas atitudes podem ser conscientes ou não, derivadas de um preconceito explícito ou não. O termo se relaciona com o conceito de Capacitismo, uma forma de preconceito contra as pessoas com deficiência em que se julgam incapazes ou que tem a necessidade de serem tuteladas por uma incapacidade de conviver ou realizar atividades. (Ferreira, 2017, p. 01).

Durante meu percurso escolar até aqui, enfrento muitas dificuldades, visto que minha visão não me permite perceber detalhes, letras pequenas, reconhecer pessoas numa distância maior que três metros, e quanto menor for o objeto, resíduo, artefato etc, mais difícil para eu visualizar. Tenho catarata congênita no fundo dos olhos causando estrabismo e instagma, portanto, estereotipando a deficiência. Fator considerável para a sociedade lançar mão de discriminação e capacitismo, oprimindo os corpos que não atendem padrões milenares de corponormatividade, como apregoa Mello (2016).

A final o que é deficiência?

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015, s/p.)



A deficiência historicamente foi definida pelo modelo médico que tinha por fim o reestabelecimento dos corpos com deficiência por meio de medicamentos oprimindo ainda mais os sujeitos que encontravam-se na condição de PcD. Já o modelo social da deficiência reconhece que deficiência é uma condição de vida destas pessoas, cabendo a sociedade mudar a postura no sentido do respeito às diferenças e da não exclusão, posto que as pessoas com deficiência não se tornam menos humanas nem perdem direitos, portanto devem ser compreendidas como sujeitos sociais da mesma maneira a todos e lhes sejam garantidas condições iguais às demais pessoas, conforme Diniz (2007) e LBI Brasil (2015).

O capacitismo se revela por diversos “ângulos” numa roupagem de camaleão que tende atingir o alvo sem fazer barulho. No ensino fundamental fui tratada como “anjo bom” que deveria ser ajudada pelos colegas porque era inteligente, mas não podia ver. O capacitismo nestes casos, manifesta-se numa roupagem de ensaio conformador dos sujeitos com algum tipo de deficiência de modo sorrateiro que leva as próprias vítimas crerem nas “boas intenções”. Cabe salientar que a sociedade “reside” num campo ideário tão perverso, que as pessoas com deficiências aparentes ainda são mais hostilizadas socialmente.

No decorrer do ensino médio recebi tratamento de modelo de superação, os professores sempre que estimulavam a turma a estudar faziam referência a mim, diziam que os colegas tinham em sua sala um motivo vivo para não desistirem, etc., é nestas atitudes que o currículo é dinâmico e multifacetado. Sendo tais manifestações dentro da escola, parte do currículo oculto, cujas dimensões alcançam a realidade cotidiana das relações sociais, como bem cita Sacristán (2010, p. 2).

Chamamos a atenção para a legislação vigente no Brasil, a respeito da inclusão das PcD, das garantias de seus direitos como a LDB 9394/96, a política nacional da educação especial na perspectiva inclusiva (MEC, 2008) e a LBI (BRASIL, 2015) e a Lei 13409/2016, pois apesar do arcabouço de leis ainda não há grandes mudanças na prática, a sociedade segue perpetuando os mesmos comportamentos nocivos à esta considerável parcela social. Conforme o censo IBGE (2010) no Brasil são mais de 45 milhões de pessoas com alguma deficiência.

A Universidade é lugar multicultural, intercultural e por excelência disseminadora de conhecimento crítico-reflexivo, conforme Fernandes (2012), todavia foi neste ambiente que tive que lidar com a exclusão explícita, era um curso semipresencial, no qual eu frequentava aulas presenciais apenas uma vez por semana. A tecnologia assistiva que a faculdade me oferecia era apenas provas ampliadas, durante todo o curso contei com familiares para formatação de textos e envios de atividades, visto que o site não tinha acessibilidade.

Na turma havia 35 alunos, eu sentava próximo à tutora e assim, passou-se um mês e ninguém falava comigo, para tomar o ônibus de volta precisava atravessar uma rua movimentadíssima, meus colegas sequer perguntavam se eu queria ajuda. As pessoas que circulavam pela calçada sempre me auxiliavam. Numa determinada noite a tutora projetou na lousa eletrônica um jogo de futebol, somente imagens daí pediu para que prestássemos muita atenção porque iríamos fazer uma atividade sobre a nossa concepção de texto já que o curso se tratava de licenciatura em Língua Portuguesa.

A tal atividade ocorreu em trio, contudo, fiquei sozinha no canto, sempre fui reativa: a orientadora falou já está todo mundo organizado? E quem vai chamar a colega? Houve silêncio. Uma mulher que mais tarde se tornaria a minha única amiga daquele curso relutou: “eu quero que ela venha ficar com a gente mais as meninas não, porque já estamos em três, mas eu poderia ir sentar com ela” Então respondi: não preciso de misericórdia de ninguém não cheguei aqui por que fizemos minhas atividades, portanto vou fazer sozinha só peço a orientadora relatar sobre esta imagem que só vejo o verde do



campo. Ela áudio-descreveu superficialmente, porém o suficiente para eu desenvolver uma lauda pontuando acerca de conceitos textuais, o que resultou numa reflexão trazida na aula seguinte pela tutora, a qual pediu para eu relatar a respeito da conceituação textual, dali em diante não me faltaram colegas querendo fazer parte do meu grupo.

Perceba que a instituição não se preocupou em garantir um ensino acessível, visto que a orientadora sequer tinha noção daquilo que seria um atendimento especializado, a turma não recebeu orientações e os recursos didático-pedagógicos me foram repassados sem quaisquer adaptações. Isso reforça o descumprimento legal que dificulta ainda mais, o desenvolvimento destes estudantes.

Na Especialização realizada no referido espaço educacional, contei com professores com experiência em Educação Especial enveredando os caminhos da inclusão, sendo bem mais acessíveis, tanto nas atividades, quanto na organização dos estudos. A formação de professores para lidar com educandos PcD deve ser específica para cada deficiência como reafirma Sampaio, Batista e Nascimento (2020) objetivando práticas educativas que proporcionem igualdade de condições destas com as demais pessoas LBI (Brasil, 2015)

Em 2019 iniciei o mestrado em educação profissional e tecnológica numa Instituição Federal /AC, os professores do mestrado não possuem formação no âmbito da inclusão, o que deixa muito a desejar quanto à acessibilidade curricular situação que se agravou ainda mais a partir da pandemia da Covid-19 com advento do ensino remoto. Sigo enfrentando diversas barreiras, o núcleo de acessibilidade não oferece o suporte necessário, numa reunião com a coordenação do mestrado e coordenador do Núcleo de acessibilidade falei que iria requerer meus direitos na justiça porque preciso de monitoria a qual me vem sendo negada desde o primeiro mês de aulas. E adaptações no modelo de dissertação dentre outras coisas, o referido coordenador respondeu, que eu quero coisas demais que o setor não pode oferecer e se eu fosse para o Ministério Público Federal iria só perder meu tempo, pois ele apenas teria que usar a caneta para justificar as impossibilidades institucionais e processo arquivado.

Fiz este registro constrangedor porque partiu de uma pessoa que teoricamente estaria trabalhando em defesa dos alunos público-alvo da Educação Especial, porém, mostra-se o outro lado da face, o da exclusão, do silenciamento das PcD, tom ameaçador, insignificância destes sujeitos, conivência com o descaso para com o processo inclusivo. Tais manifestações desprezíveis estão gravadas no meu e-mail, pois foram expressadas na mencionada reunião que aconteceu via Google Meet, situações como estas revelam a falta de empatia, respeito e compromisso com a causa que em tese seria defensor.

No tocante o desenrolar da minha pesquisa de mestrado, conto na medida do possível com meu orientador e com uma coorientadora doutoranda voluntária e um professor Doutor também voluntário, os quais muito vem contribuindo frente as minhas lutas diárias a quem sou imensamente grata, pois persistir numa educação ofertada por força de leis (forçada), não é uma tarefa fácil, tão pouco saudável para quem sente na pele o peso da exclusão velada, efetivada pelo currículo oculto, por outro lado, as instituições de ensino recorrem ao poder das palavras utilizando-se de discursos ensaiados em nome das PcD, pousando de inclusivas, quando na realidade tais discursos estão eivados de hipocrisia, descrença nestas pessoas sentimento capacitista silenciados para não dizer, mas explícitos para serem sentidos.



## 4.2 CAPACITISMO NO TRABALHO

Vivemos em uma sociedade capitalista subordinada aos interesses hegemônicos internacionais, tal modo de produção remonta do pensamento que nutre o acúmulo de bens excluindo quem não apresenta o padrão socialmente pré-estabelecido da antiguidade a contemporaneidade as ações que disseminam o capacitismo e atacam as PcD estão ancoradas nos modos de produção que insistem evitar estas pessoas alegando gastos, insuficiência profissional. Coaduna-se Hipolito (2016) Corrent (2016), Diniz e Freitas (2019) ao afirmarem que o capitalismo atua como o esteio da perpetuação das barreiras atitudinais nutrindo-se na esteira do capacitismo.

No Brasil, apesar da CF/88 prevê reserva de vagas em concursos públicos e garantir que a educação é direito de todos, na prática, por muito tempo, as PcD foram ainda mais negligenciadas, tanto pelo mercado de trabalho, quanto pela educação que muito contribuiu para o discurso capacitista dos empregadores que estas pessoas não tinham escolarização exigida pelas empresas.

Em 1991, foi criada a lei 8213/91 que estabelece cotas para as PcD nas empresas, situação que muito contribui para a inserção de muitas destas pessoas no mercado de trabalho, contudo, ainda não supre, as necessidades funcionais destes indivíduos. Mesmo alicerçadas pelo Decreto 3298/99, a lei 8213/99, LDB 9394/96 e LBI/2015, as empresas privadas e instituições públicas na maioria das vezes dificultam a participação destes profissionais alegando gastos excessivos com adaptabilidades no ambiente de trabalho, e insuficiência nas atividades realizadas, quando na realidade muitas pessoas com deficiência não utilizam tecnologia assistiva, outras só dependem de recursos disponibilizados gratuitamente, como leitores de tela, além de serem produtivas tanto ou mais que as demais pessoas.

Tais discursos de onerações nas empresas se contratar PcD, é apenas mais uma forma de propagar a falsa ideia de incapacidade e que somente e tão somente, cumprem parte extremamente essencial da lei que resume-se em disponibilizar o mínimo de vagas na maioria dos casos, que nem sempre são ocupadas pela PcD porque sutilmente os critérios exigidos as excluem.

Entrelaçando os aspectos teóricos aos práticos seguimos com relato reflexivo da mulher DV em questão:

Eu tinha 28 anos quando assumi o primeiro concurso público no cargo de técnico em gestão pública na secretaria de assistência social do município de Rio Branco Acre. No setor de medidas socioeducativas, onde trabalhei por seis anos iniciava-se mais uma frente de luta diária contra o preconceito, discriminação e capacitismo. Os gestores não se importavam comigo, os coordenadores foram cinco durante este período de tempo, e nenhum buscou tornar o setor acessível, para não me sentir inútil fazia esforço sobre humano prejudicando a coluna vertebral e muito mais a pouca visão, organizando arquivos com letras tamanho 12, realizando telefonemas, atendendo na recepção, acompanhando os técnicos em visitas domiciliares etc, tudo, isto partia de mim, por que sabia da minha capacidade. Era uma de minhas atribuições elaborar redação de expediente, mas nunca tive um computador, mesa e muito menos sala para trabalhar. Acontecia de me pedirem ajuda para escrever relatórios, circulares dentre outros, mas não admitiam que eu sabia redigir textos oficiais o que faltava era acessibilidade e imperava o silenciamento e a invisibilidade intencional. Uma certa vez, quando eu





estava prestes a pedir vacância deste trabalho, ouvi o coordenador dizendo a uma chefia de outro setor: “tu não está sem técnico administrativo: pois é, leva essa aí para ti” fui obrigada a ser indelicada e exigir respeito por que sou atuante e disse a ele: se falta algo a incompetência é sua”

Temos que nos posicionar senão entramos em depressão profunda podendo desistir da vida ou cair no isolamento domiciliar. Em contrapartida, em todos os lugares existe pessoas comprometidas com o bem comum, que trabalham em favor da heterogeneidade, numa perspectiva colaborativa como é o caso de alguns dos meus colegas participantes desta pesquisa contribuindo com seus depoimentos acerca de minha atuação profissional. Frente a tanto descaso é perceptível que a legislação que ampara as pessoas com deficiência no cotidiano escolar e de trabalho é frequentemente violada.

Para manter o anonimato deu-se aos participantes nomes fictícios.

Foi solicitado que os participantes relatassem sobre minha atuação profissional, e o capacitismo velado por áudio ou e-mail. Recortes originais da Fala de Fábio 29 anos:

Sou assistente social, odontólogo, homossexual e conheço os malefícios do julgamento social de perto, trabalhávamos com medidas socioeducativas e você teve sua trajetória inteira sem equipamentos ou adaptação alguma, sempre participativa na construção das políticas institucionais e setoriais, posicionando-se nas conferências e capacitações gerais. Teve que passar por um processo de superação para se destacar, sempre muito dedicada entregando as demandas antes do prazo, excelente profissional, com potencial no trabalho em equipe, porém, se as leis não fossem descumpridas, as PcD teriam menos superação e mais dignidade. O capacitismo era gritante, todos sabiam da tua competência, mas quase ninguém respeitava isso, te havia um silenciamento sincronizado na tentativa de invalidar sua capacidade, usavam como pano de fundo, argumentos de crise na prefeitura, falta de profissionais, da área da inclusão etc, só para não adequarem recursos que pudessem promover acessibilidade visual.

O depoimento acima, traduz o quão difícil é, não atender o padrão social de corponormatividade, fato reafirmado pelo decreto 6949/2009, o qual destaca que o principal impedimento não é a deficiência, mas sim, as barreiras impostas pela sociedade. E sinaliza para o desenho universal, no qual todos os espaços devem ser desenvolvidos numa perspectiva a atender a todos, de modo que os ambientes abriguem desde a criança à PcD, onde estes sujeitos não precisem adaptar-se ao ambiente como vem ocorrendo da antiguidade à contemporaneidade.

Eu na condição de DV sugiro que tenhamos um olhar reflexivo acerca do desenho universal, o qual visa proporcionar acessibilidade sem acepção de pessoas, independentemente de sua condição física, sensorial ou intelectual, é neste sentido que Vygotsky (1988), pontuou que as deficiências auditiva e visual deixariam de ser socialmente percebidas. Mas certas literaturas, e até escritas por pessoas cegas, trazem trechos como o de Andrade (2016) “no meu quarto não sou cego, a deficiência passa a ser uma característica minha como a cor do meu cabelo”.

Estes discursos são embalados pelo modismo de tratar algo fundamental e necessário para o ser



humano, como a visão, audição, locomoção etc, como coisas descartáveis e simples de ser superadas. Sendo a deficiência uma condição imposta aos sujeitos que são obrigados a conviver com tal situação, estando sujeitas a vivenciar a falta ou redução de alguns dos sentidos e mobilidade, isto não retira direitos e muito menos as torna menos humanas. Cabendo a estas pessoas e a sociedade reconhecerem que três ou quatro sentidos não são cinco e assumir a realidade atuando coletivamente objetivando reduzir as desigualdades sociais, nem só nos caso das PcD, como também das demais minorias sociais.

Discordo que uma pessoa cega como é o caso do escritor Sydney Andrade, apesar de só ter conhecido a cegueira depois de adulto, incorpore o ideário de que a deficiência é um problema construído histórico e socialmente apenas na esteira da exclusão social, tendo em vista que cada pessoa concebe a deficiência em si mesmas, e nas outras de maneiras diferentes, fazendo uma leitura do meio em que vivem, contendo em si reações diversas. Para quem nasce PcD, em um ambiente que não há outras pessoas com a mesma deficiência, como foi o meu caso, sem fantasia, somos obrigados a reconhecer que muitas coisas fogem ao nosso alcance, como um cego realizar cirurgias, pilotar aviões, dirigir automóveis, ler uma simples carta caligrafada, entretanto, isso não nos impossibilita de recorrermos a outros meios de trabalho e transporte que venham suprir nossas necessidades financeiras e de locomoção. Quem encara de frente sob a ótica dos multifatores que influenciam no processo constitutivo da deficiência, sabe muito bem que a deficiência nunca foi e jamais será uma problemática aquém dos indivíduos por ela acometidos.

Perceba que tais discursos atenuantes da deficiência estão eivados de intenções políticas, uma vez que “não há deficiência” se houver acessibilidade física, o estado será o grande responsável pelo desenho universal, o que não seria ruim, todavia, funciona sutilmente descaracterizando o real, flexibilizando o papel da escola e da sociedade. No entanto, é fundamental que trabalhem em colaboração mútua, reconhecendo as dificuldades, agindo com responsabilidade com vistas a eliminar diversas barreiras que prejudicam ainda mais a vida destas pessoas.

Ao analisarmos a panorâmica das PcD à luz das estruturas política, econômica, cultural, social e religiosa, da Amazônia, mais precisamente do Acre, é perceptível que as políticas públicas não vêm sendo aplicadas sequer minimamente. Questões de acessibilidade são problemas irresolutos, e não adianta críticos das políticas públicas sinalizarem que estas ações são indicadores de exclusão social, pois é interessante não esquecermos que somos um país subordinado ao mercado internacional, além da precarização dos três poderes estruturantes (executivo, legislativo e judiciário), conforme Cavazzani (2015) esses fatores muito contribuem para as desigualdades sociais.

Os reflexos destas desigualdades manifestam-se por toda parte, o capacitismo é um mecanismo de silenciamento dos “diferentes” na maioria das vezes ocorre estrategicamente utilizando-se da arte de silenciar e tornar invisível as pessoas com deficiência como vem acontecendo comigo desde o primeiro posto de trabalho. A seguir menciono trechos de vivência como professora provisória do atendimento educacional especializado numa escola estadual de ensino médio em Rio Branco Acre.

A bem da verdade, após ser aprovada em um processo seletivo da Secretaria Estadual de Educação para o cargo de professora em Rio Branco-Acre no ano de 2011, após muita insistência até o momento que decidi levar a conhecimento da justiça que não seria contratada por conta da minha DV, foi quando ocorreu minha contratação e fui lotada no primeiro semestre no centro de ensino de jovens e adultos, substituindo uma professora de braille que encontrava-se em licença maternidade. O setor contava com duas profissionais eu e a professora de LIBRAS e Português como segunda língua para surdos.

Na primeira semana, minha colega de trabalho me olhava esquisito disse que eu havia caído



lá de paraquedas porque eu não tinha experiência e nem certificados de cursos na área da Educação Especial. Transparecia para a gestão da escola que estava sozinha estimulando o ato da invisibilidade implícito, porém notável.

Como o processo de concepção da deficiência advém de multifatores e a exclusão é o gargalo a ser superado, sem com isso ignorar as especificidades inerentes a cada deficiência, a sociedade precisa parar de perpetuar reações nocivas gratuitas às pessoas com deficiência, naquele período fui obrigada a “engolir” o silenciamento alheio e o meu, porque ali eu iniciava minha experiência na área que amo trabalhar, havia entrado por força de pressão legal, e realmente não possuía certificados, mas na prática eu já dominava o sistema Braille e Soroban, recém licenciada em Língua Portuguesa pude elaborar planos de atendimento educacional especializado (AEE), auxiliar os educandos DV e desenvolver diversas atividades.

Por fim a tal professora iria perder uma bolsa de 700 reais mensais paga por cerca de 10 meses para tutorear turmas em cursos online, porque teria que produzir um texto a partir de um pequeno livro pontuando acerca do programa, dando sugestões etc. Ela já havia pedido para quatro amigas que não puderam a ajudar aí ligou para outra informando que iria desistir, pois, ninguém pôde lhe auxiliar e já era o último dia e o mínimo seriam 3 laudas. Ela quase não falava comigo, mas mesmo assim, lhe pedi o livro e por sorte a letra era tamanho 14, encostei o rosto fiz a leitura do resumo e considerações finais, analisei as questões que teriam que ser discutidas, fiz três laudas e meia em 3 horas, no computador com programa de voz daí mostrei a ela para formatar se fosse por isso não chorasse mais, a atividade obteve nota 9.3. Depois deste episódio ganhei uma aliada que passou a confiar no meu potencial e disseminar de forma inconsciente o capacitismo que nos veste de heróis ou coitados.

Na escola de ensino médio trabalhei por três anos recebi formação continuada da gestão da (EE) tive reconhecimento dos meus colegas de trabalho e da coordenação das salas de recursos (equipe da secretaria de educação), por outro lado, a gestão escolar não dispunha recursos, como internet, para viabilizar os serviços e as barreiras atitudinais eram explícitas, a diretora olhava a partir da porta da sala em que eu trabalhava se eu estivesse só ela dizia: “cadê o pessoal da inclusão?” Ou simplesmente só olhava. Nas reuniões, apresentações na escola, eu sempre fui invisível todos se referiam aos meus colegas.

Na sequência apresentamos o depoimento de um de meus colegas de trabalho referente minha atuação como professora do AEE na sala de recursos multifuncionais:

Tive o prazer de trabalhar com a mulher DV que encabeça este artigo de abril a novembro de 2014, éramos professores da sala de recursos multifuncionais em uma escola de ensino médio de Rio Branco, ela atendia os alunos DV percebi comprometimento em desenvolver um bom trabalho, a mesma teve êxito, porém percebi bem presente em nosso trabalho as barreiras atitudinais enfrentadas pela mesma. Só que essa situação nunca a abateu e sempre buscou reivindicar seus direitos de participar das reuniões de professores e planejamento nos quais era sempre deixada de lado.

Fonte: pesquisa dos autores (2021)

Em 2014, assumi o cargo técnico em assuntos educacionais em uma instituição do Acre, fui lotada no Núcleo de Apoio à Inclusão/NAI, para os inclusivistas, não é adequado que as PcD façam parte destes



núcleos, pois em tese a instituição os estaria segregando, a qual alega que estes setores teoricamente estão preparados para lidar com estes indivíduos, na realidade, ambos buscam em tais discursos formas de não assumir seus papéis e responsabilidades a que requer o público-alvo da Educação Especial.

Ser aprovada em um concurso público federal de nível superior é sem dúvidas um grande passo profissional para qualquer pessoa com ou sem deficiência. Eu estava eufórica, sonhando desenvolver projetos de inclusão na prática como sigo lutando até hoje, mas nunca imaginei encontrar pela frente tanta discriminação, capacitismo explícito, desrespeito, silenciamento orquestrado, invisibilidade coletiva, apropriação de minhas propostas de trabalho, falta de equipamentos adequados, desconstrução das minhas potencialidades.

Já cheguei na semana de um seminário sobre educação inclusiva ofertado pelo NAI depois fiz o reconhecimento do setor e na semana seguinte iniciei a jornada, porém o contrato é de 8 horas e eu morava na periferia de Rio Branco distante, não daria tempo de ir em casa, por isso eu passava o dia todo no trabalho. Não recebi capacitação nem do NAI, nem da instituição. Nunca me auxiliaram com orientação e mobilidade, ainda hoje enfrento muitas dificuldades de acessar os vários setores espalhados no Campus.

Quando assinei o documento de posse o único colega que eu esperava me ajudar no processo de adaptação, pois tem baixa visão e alguns anos de experiência, pôs um atestado médico de 10 dias a única pessoa que se importou comigo, daquela equipe foi o pedagogo, porém ia todos os dias levar suas filhas da escola para almoçarem em casa. Ele pediu aos revisores de braille para me ensinarem o caminho do restaurante universitário, onde eles almoçavam diariamente, mas eles saíam em silêncio e eu só não ficava sem almoçar porque ligava para este pedagogo levar quentinha para mim quando voltasse às 14 horas e isto ocorreu por diversas vezes.

Elaborei um plano de trabalho, no qual apresentei a proposta de formação continuada de monitores para lidar com PcD, visto que os monitores recebiam bolsas estudantis para auxiliá-las sem qualquer capacitação. Na semana seguinte a coordenadora pediu um plano de trabalho de todos os profissionais da equipe que já havia pedido, mas ninguém fez, os colegas falavam: “ela nunca falou isso, quase nunca fala nada”, propus a elaboração de uma cartilha com orientações básicas sobre os tipos de deficiência, procedimentos comuns simples, mas necessários de como proceder com as PcD, redigi a parte prática do texto, mas a coordenação assumiu a autoria e meu nome sequer foi citado na inauguração da tal cartilha.

Nos três (3) anos de estágio probatório, agi ativamente contra as atitudes vindas de profissionais especializados, contudo, cuidadosamente para não cair nas armadilhas sorrateiras daquela gente tóxica, na maioria das vezes eu era designada a ficar no setor enquanto os demais iam a reuniões, eventos, etc. Nas nossas reuniões de trabalho sempre me posiciono, e toda vez que eu falava a maioria dos colegas faziam caras e bocas, trocavam olhares de nojo entre si, eu sentia e uma colega me confirmava.

Há seis anos no meu atual local de trabalho, sempre tive avaliação com nota máxima da parte dos gestores, por que procuro fazer meu trabalho com responsabilidade segundo os princípios fundantes do serviço público constantes na CF/88, ainda assim, eu estava de licença maternidade em 2018, neste período houve uma articulação para eu ser transferida de setor só não se efetivou por que também não fui aceita pelo outro setor. Tudo sem eu ser informada, a tal coordenadora falava em alto e bom som, que dali para frente só iria solicitar profissionais homens, porque as mulheres de lá “só prestavam para parir e também não aceitaria nenhum profissional PcD”. Quando vejo estas pessoas fazendo mestrado, doutorado em nome das pessoas com deficiência, e agindo aquém daquilo que pregam, me faz pensar que os leigos são menos nocivos para a efetivação da inclusão.



Estas pessoas usam o discurso reverso, chamam de assistencialistas quem defende a inclusão das PcD feita com responsabilidade numa perspectiva de colaboração mútua, como ensinam Ferrari (2007) e Mantoan (2012), propagam autonomia da PcD quando na realidade estas pessoas estão (à toa), babatando /tateando nos espaços educacionais e de trabalho, fazendo esforços sobre humanos para se manterem ativas e sentirem-se útil, apresentam planos de desenvolvimento institucional, ações inclusivas pontuais mal elaboradas, e mal executadas; culpabilizam os professores e a instituição sem senso autocrítico; fingem de defensores da causa, mas nas atitudes são tão ou mais capacitistas discriminadores, e hipócritas que grande parte da sociedade historicamente construída.

Não citamos toda a sociedade, porque entendemos que muitas pessoas de todo credo, âmbitos profissionais, educacionais etc., vão além do senso comum, partem do princípio do respeito e da não exclusão, compreendem as PcD como sujeitos de direitos iguais às demais pessoas, lutam junto com a gente, por ambientes acolhedores de fato inclusivos. Tais ações são louváveis, pois, num país feito o Brasil, de cultura capacitista e preconceituosa não é fácil mudar concepções seculares, é relevante estimular a sociedade em geral, seja na escola, trabalho, seja por meio da escrita a buscar uma ressignificação social, a partir do auto reconhecimento enquanto sujeitos sociais que somos para pormos em prática o exercício de alteridade, empatia, respeito às diferenças construindo seres humanos ativistas do bem comum, conforme Gugel (2015) e Camargo (2017)

Abaixo demonstraremos trechos de falas de PcD estudantes e egressos cujos receberam acompanhamento especializado pela profissional Pessoa com DV, uma das autoras deste estudo e a fala de uma ex colega de trabalho.

Fala de Lana: a Autora 1, é uma profissional muito competente na sua função no Núcleo de acessibilidade, no período que trabalhamos juntas pude testemunhar seu empenho com as demandas a ela atribuídas prestando um bom atendimento, porém, também pude testemunhar nas reuniões determinadas pessoas que faziam gestos ofensivos já que ela não podia perceber, além de outras atitude hostis de uma chefia capacitista.

Fonte: pesquisa dos autores

De acordo com os participantes cujos depoimentos vão de encontro ao que diz a autora 1, é perceptível que a negação dos direitos das pessoas com deficiência ainda é latente nos espaços de trabalho e nos ambientes educacionais embalado pelo currículo oculto, conforme Sousa e Farias (2020).

Nos trechos de falas a seguir utilizamos a letra E para egressos e D para discentes:

Ante os trechos de falas das PcD acima destacadas, podemos depreender que a profissional em questão, apresenta um perfil inovador, eficaz que alcança os anseios dos estudantes PcD, professores e comunidade escolar em geral, defende que as instituições de ensino, precisam tomar posição adotando políticas de inclusão e trabalhando em regime de colaboração integrada com os setores internos, bem como com outras instituições.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, por meio deste texto, apresentei um pouco da minha trajetória de vida, cujo relato, denota uma história de superação, embora a deficiência torne mais difícil a caminhada diária, mesmo assim, não desanimo e acredito na capacidade de transformação social por meio da Educação, ela possibilita autonomia financeira, dignidade, criticidade além de ampliar conhecimentos diversos.

A metodologia aplicada nos permitiu elaborar uma diagnose a partir da realidade vivenciada por uma das autoras deste estudo, fato que muito contribuiu no sentido de apontamentos acerca do capacitismo velado sofrido pelas pessoas com deficiência na escola e no trabalho à luz da abordagem qualitativa, do método indutivo, e da pesquisa de campo identificou-se que o silenciamento destas pessoas ocorre na maioria das vezes de modo intencional e maldoso, que as ações capacitistas segue sendo um fator cultural, político, econômico e social.

Percebeu-se que a face oculta do currículo escolar também dissemina o capacitismo, posto que é manifestado através do cotidiano educacional, e é neste que acontece as relações sociais ao mesmo tempo enriquecedoras e perversas com determinados grupos socialmente excluídos como é o caso da PcD. Salientamos que a escrita ocupa um lugar de destaque levando a conhecimento público que problemáticas como o capacitismo, preconceito e discriminação ainda tão presentes na vida diária das minorias, porém silenciadas pela opressão sistêmica que funciona como um invólucro conformador social da condição biopsicossocial destes indivíduos.

Assim, romper com paradigmas histórico-culturais, conceitos e preconceitos socialmente construídos, atitudes capacitistas, etc., faz se necessário despirmo-nos do conformismo, incorporarmos lutas anticapacitistas, militarmos nos movimentos sociais organizados em favor das minorias, sermos emponderados, defensores das causas sociais: mais prática e menos discurso, lançar mão da escrita veículo de múltiplas possibilidades e contar com os órgãos disseminadores do conhecimento científico.

## REFERÊNCIA

Andrade, Sidney. (2016) Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz?. Recuperado em 10 de janeiro de 2020, de, <https://medium.com/@sidneyandrade23/capacitismo-o-que-%C3%A9-onde-vive-como-se-reproduz-5f68c5fdf73e>.

Brasil (2016). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

Brasil. (2008). Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, janeiro de 2008.



Brasil. (2015). Lei n. 13.146, de 6 de junho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015.

Brasil. (2016). Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015; 194° da Independência e 147° da República. Brasília, 28 de dezembro de 2016.

Brasil. (2016). Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

Camargo, E. P. (2017). Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciência e Educação*, Bauru, v. 23, n. 1 Bauru Jan/Mar. 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=en&nrm=iso)>

Cavazzani, Ricardo D. (2014). Crise da democracia representativa e os reflexos sobre a separação dos poderes: o enfraquecimento do estado. *Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba.

Corrent, N. (2016) Da Antiguidade a Contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000089, 22/09/2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/da-antiguidade-contemporaneidade-deficiencia-e-suasconcepcoes>.

Diniz, A.; Freitas, C. G. (2019). Capitalismo: o esteio da perpetuação das barreiras atitudinais no processo de inclusão. *Anais Cadernos de Ciência e Tecnologia do Congresso de Ciência e Tecnologia do Instituto Federal do Acre*.

Fernandes, D. (2012) Avaliação das aprendizagens: das prioridades de investigação e de formação às práticas na sala de aula. *Revista de Educação*, São Paulo, v. 8, p. 15-20.

[Ferrari, Marian A. L. Dias](#) and [Sekkel, Marie Claire](#). (2007). Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2007, vol.27, n.4, pp.636-647.

Ferreira Netto. L. R..(2018) Barreiras Atitudinais. Site Info Escola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/barreiras-atitudinais/>. Acessado em: 17 de agosto de 2020.

Freire, P. (2009) *Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa*. Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 36ª Edição.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil*. - 6. ed. - São Paulo: Atlas.



Gugel, M. A. (2015). A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Ampid (Associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência). Recuperado de

[http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php).

Hypolito, Álvaro M. (1994). Políticas curriculares, Estado e regulação. Educação e Sociedade. vol.31, n.113, p. 1337-1354.

Mantoan, M. T. E.(2012). Escola dos diferentes ou escolas das diferenças? Com Ciência (UNICAMP), v. 1, p. 1-3. Disponível em: < [file:///C:/Users/UFAC/Downloads/Escola-dos-diferentes-ou-escolas-das-diferen%C3%A7as\\_Maria-Teresa-Mantoan.pdf](file:///C:/Users/UFAC/Downloads/Escola-dos-diferentes-ou-escolas-das-diferen%C3%A7as_Maria-Teresa-Mantoan.pdf)>.

Marconi, Marina de A. Lakatos, Eva Maria. (2018) Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Mello, A. G. DE. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Ciênc. Saúde Coletiva [online]. Vol.21, n.10, pp.3265-3276. ISSN 1678-4561. Recuperado de <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016001003265](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003265)>.

Sacristán, J. G. (2000). O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.

Silva, A. H. (2015). Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 Vol. 17. No 1.

Sociedade. vol.31, n.113, p. 1337-1354.

SOUSA, Vanessa Alves De. Farias, Adenize. (2019). **Capacitismo e currículo oculto escolar: construindo relações**. Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora. Recuperado de <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59505>>.

Vygotsky, L. S. (1988)..A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.

